

# Saída de Baker do Tesouro pode apressar acordo com o Brasil

por Paulo Sotero  
de Washington

O governo brasileiro e os bancos credores já têm motivos de sobra para apressar o fechamento do acordo de reescalonamento da dívida, que o governo dos Estados Unidos vem apadrinhando, com o objetivo político primordial de tirar o Brasil da moratória. Agora, eles têm mais um motivo para correr: nos círculos políticos em Washington, dá-se como praticamente certa a saída de James Baker III da Secretaria do Tesouro logo após a reunião dos líderes dos países industrializados, em Toronto, no mês de junho.

Baker, que dirigiu a primeira campanha presidencial de George Bush, em 1980, função graças à qual tornou-se personagem central da administração Reagan, deve deixar o governo para juntar-se à campanha do vice-presidente, que já garantiu a candidatura republicana à Casa Branca,



**James Baker**

em novembro. Se Bush vencer, Baker terá o cargo que quiser. E o cargo que esse advogado texano quer é o de secretário de Estado.

A saída de Baker poderá representar uma dificuldade a mais para o Brasil e os bancos se, até lá, eles não tiverem fechado, vendido e assinado o acordo em negociação desde o final do ano

passado. Sem Baker, as duas partes ficariam sem o seu principal interlocutor em Washington e teriam seus problemas ampliados pelos frequentes desacordos que surgem entre os funcionários do segundo escalão do Tesouro e do Federal Reserve Board (Fed, o banco central americano), a respeito dos vários ingredientes do "pacote".

Pelos planos atuais, traçados quando o governo brasileiro pretendia ter as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) concluídas até o fim deste mês, o acordo com os bancos deveria ser assinado no final de junho. Oficialmente, o cronograma continua de pé. Diante da demora para o governo brasileiro decidir o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP) para os funcionários federais, as discussões com o FMI deverão, agora, na melhor das hipóteses, ocupar uma parte de maio —

isso se o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, tiver condições de arrancar do governo as demais medidas de ajustamento que considera necessárias para completar o programa de estabilização. Há dois dias, ele disse, em Nova York, que as medidas adicionais, dependentes ainda de uma reavaliação do orçamento "que nós vamos começar nos próximos dias", deverão cortar dos gastos de custeio do governo o equivalente a mais 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o ministro, as negociações com o FMI só começarão depois de o governo tomar essas medidas, uma condição que, a julgar pelo tempo despendido na negociação interna da redução da folha de pagamentos do governo, torna improvável o fechamento do acordo com o FMI antes de Baker deixar o Tesouro para assumir o comando da campanha de Bush.